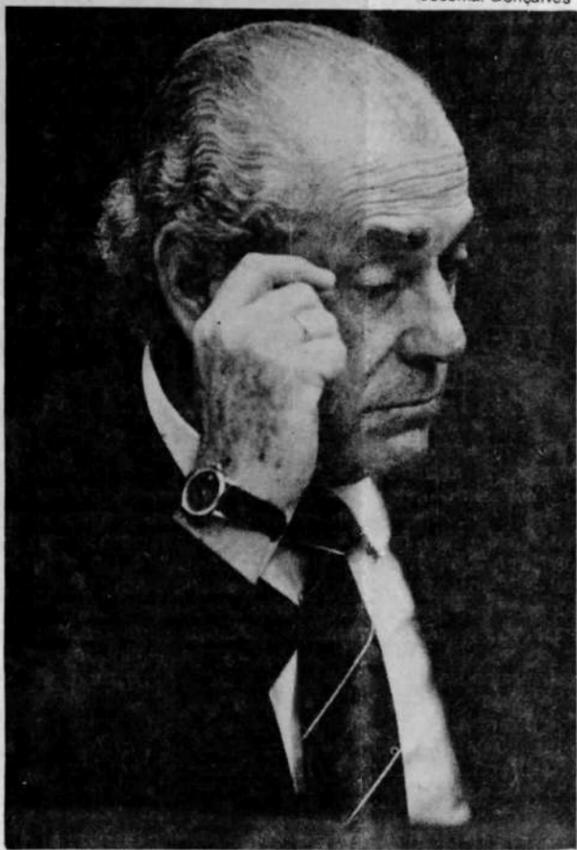


# Brizola quer que Sarney faça eleição em 60 dias

Josemar Gonçalves



Para Brizola, Sarney não tem mais autoridade

## CNBB defende referendo para a Constituição

A nova Constituição deve garantir a participação do povo em todo o processo político do País, através do referendo popular. Este foi o recado enviado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) aos parlamentares da Subcomissão de Garantias da Constituição, Reformas e Emendas. O mensageiro encarregado pela CNBB, D. Cândido Padim, fez ainda uma ressalva: "A vida não pode ser, apenas, garantida juridicamente. Ela deve ser preservada com a prioridade da remuneração do trabalhador e suas necessidades básicas", lembrou.

Sem platéia e com poucos parlamentares participando da reunião, a CNBB encerrou, com a presença de D. Cândido Padim, sua participação formal na Assembleia Nacional Constituinte. Mas ainda guarda para a etapa da votação de emendas populares em plenário sua última cartada: a apresentação de uma emenda. Pedindo a defesa da vida em todas as suas fases, desde a concepção. As propostas levadas pela CNBB provocaram reação acalorada do presidente da subcomissão, deputado Fausto Fernandes (PMDB/PA), que se diz católico "convicto".

— Vereadores, deputados estaduais e federais, governadores, senadores, e até o presidente da República. Se eleito, são defensores do povo. Mas, na verdade, nada disso acontece. Estou pensando em mandar uma carta para meus eleitores, dizendo: Não acreditem mais em mim, pois nada posso fazer — lamento. Fausto Fernandes, em resposta a proposta de referendo popular e da criação de um defensor público, encaminhadas pela CNBB. O defensor popular, para ele, nada mais seria, que um "novo cabide eleitoral".

### Participação popular

O bispo de Bauri e coordenador do conselho de acompanhamento da CNBB na Constituinte, D. Cândido Padim, ressaltou a importância do referendo popular, não só na aprovação da nova Carta, mas em leis ordinárias que envolvam interesses fundamentais para o bem estar da população. A intervenção de Fausto Fernandes, no final do depoimento de D. Cândido, foi para demonstrar "seu desalento" com a atual política partidária e atuação dos parlamentares. "Temos, antes de tudo, que moralizar esse labirinto", disse ele, fazendo uma alusão aos corredores intrincados do Congresso Nacional.

D. Cândido Padim lembrou aos parlamentares, que a ingreja não tomará posição quanto a questão do futuro regime político do País. Não demonstrará preferência sobre presidencialismo ou parlamentarismo. Mas, não se furtou a dar sua "opinião pessoal": "A mentalidade colonialista ainda é muito forte no país. Não sei se o povo saberia discernir, com precisão real e não teórica, o que seria melhor para o momento histórico que atravessamos", comentou. Para ele, o ideal seria uma forma mista de partilha dos poderes executivo e legislativo. Uma forma de efetivar essa "partilha" seria a criação da figura do defensor público, eleito pelo Congresso Nacional, com a incumbência de defender o cidadão da violação de seus direitos. Ele teria o direito, garantido constitucionalmente, de exigir informações de qualquer departamento governamental.

## Parlamentares fazem 9 mil 456 propostas

A secretaria-geral da Assembleia Constituinte concluiu ontem a numeração e contagem das propostas apresentadas por deputados e senadores, ainda dentro do prazo regimental (24 horas de quarta-feira última). Foram apresentadas 9 mil 456 propostas. Mais da metade delas foi encaminhada à secretaria-geral no derradeiro dia e poucas horas do final do prazo.

Agora, a secretaria-geral vai numerar e contar as propostas apresentadas por entidades civis, Câmaras de vereadores e assembleias legislativas.

Enquanto isso, os relatores das 24 subcomissões temáticas continuam trabalhando na elaboração dos seus pareceres. Os pareceres deverão estar prontos até segunda-feira, porém, o mais provável é que só sejam apresentados na terça-feira. As segundas a Constituinte não funciona.

## Ulysses reúne relatores hoje

O presidente da constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reúne-se hoje, a partir de 9 horas, em sua residência oficial, com os relatores das comissões e subcomissões temáticas da Constituinte, já que na segunda-feira, às 17 horas, encerra-se o prazo para os relatores das subcomissões entregarem seus pareceres às suas respectivas comissões temáticas.

Na reunião, de hoje, em que participará também o relator da comissão de sistematização, deputado Bernardo Cabral, e o primeiro secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro, os relatores das subcomissões farão sobre os demais companheiros de reunião um relato sobre as matérias que foram discutidas em suas respectivas subcomissões. Os participantes da reunião tomarão conhecimento sobre os pontos conflitantes de determinadas matérias e, também, dos pontos que são de consenso dos constituintes.

O ex-governador Leonel Brizola propôs ontem que o presidente Sarney convoque agora eleição para o seu sucessor em 60 ou 90 dias, no máximo, como única saída para solucionar a crise em que o país está mergulhado. A proposta de Brizola prevê um mandato presidencial até 1990 com direito à reeleição para que houvesse coincidência de mandato entre o Executivo e o Legislativo.

— Se eu tivesse no lugar dele proporia eleição em dois ou três meses com um mandato curto até 90, com direito à reeleição, para que houvesse coincidência de mandatos entre o presidente da República e os deputados e senadores", explicou Brizola.

Para o ex-governador, o país vive uma crise de ingovernabilidade e "todo mundo quer ver o governo Sarney fritinho como batata". Ao analisar os problemas que o Brasil enfrenta atualmente, ele destacou que a situação econômica de 1964, antes dos militares tomarem o poder, era um paraíso se for comparada com a de hoje. Ressalvou, porém, que as tensões políticas não são as mesmas, o que reduz a possibilidade de um golpe militar. "Não vejo ambiente para este tipo de ocorrência", respondeu ao ser indagado sobre uma possível inter-

venção das Forças Armadas na política brasileira como ocorreu há 23 anos.

Leonel Brizola insistiu que cabe a Sarney a iniciativa de convocar eleições presidenciais o mais rápido possível. "Este poder não pode ser assumido pela Assembleia Constituinte ou pelo Congresso Nacional, isoladamente, porque sempre será ponto de conflito entre o presidente e os parlamentares", avaliou, acrescentando que Sarney deveria saber que o seu governo perdeu as condições de colocar o país nos trilhos.

Sobre a tendência dentro do PMDB de implantar o parlamentarismo, o ex-governador declarou que a mudança do sistema de governo agora é um casuismo. Segundo Brizola, o PMDB e o PFL não querem eleições para evitar que os partidos tornem-se mais autênticos e o PT e o PDT saiam do pleito mais fortes e mudem a atual correlação de forças da política brasileira.

Depois de dizer que só admite mudar o regime de governo por consulta popular, ele assinalou que o parlamentarismo seria um remendo ineficaz, uma vez que o país não possui partidos fortes e tornaria o governo fraco e confuso.

## Até golpe é motivo de "sonho"

O ex-governador do Rio, Leonel Brizola, ao entrar ontem na Subcomissão da Soberania, Nacionalidade e Relações Internacionais, contou à imprensa o sonho que teve, ao voltar de Buenos Aires, logo após a tentativa de golpe militar contra o presidente Raul Alfonsín. Depois de explicar que o Brasil tem repetido tudo que os argentinos fazem, Brizola disse que, em seu sonho, os estrategistas do Planalto simularam um golpe, com Sarney reagindo com energia contra os militares e saindo fortalecido, "com oxigênio para governar por mais algum tempo".

Leonel Brizola explicou que assim como Alfonsín se saiu bem com o golpe frustrado depois do fracasso do Plano Austral, Sarney em seu sonho tirou vantagens do golpe brasileiro transmitido ao vivo pela TV para todo o país, em seguida ao naufrágio

do Plano Cruzado. E aconselhou os constituintes: "não deixem de pensar no meu sonho, que me parece uma espécie de Plano Cruzado Militar do governo Sarney".

E Brizola fez questão de dizer que não acredita em intervenção militar, mas afirmou que o governo

Sarney já se exauriu, "não tem mais autoridade, está como uma nau à deriva, não há qualquer rumo definido". Falando na Subcomissão o ex-governador disse que "com o povo na miséria não há soberania, que passa sempre pela realidade social".

No seu depoimento, Brizola falou pouco sobre o tema da Subcomissão da Constituinte, preferindo recordar seu passado político e o exílio, uma espécie de campanha eleitoral que logo teve na abertura dos debates o apoio do deputado Paulo Maccarini (PMDB/SC), que o julgou um candidato ideal para pleitear a Presidência da República.

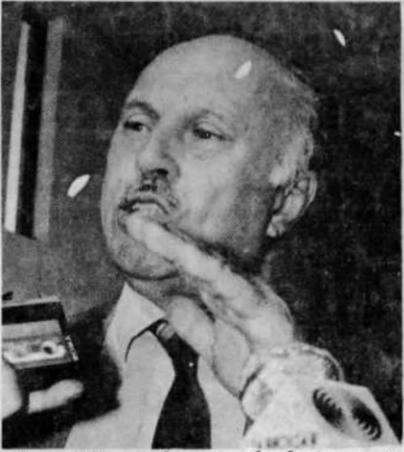


## Lima Filho pede mais pressa com a reforma

A desapropriação imediata de terras através de pagamento a ser estabelecido pela União (podendo esse valor ser questionado posteriormente na justiça), constitui uma das questões principais do relatório preparado pelo deputado Oswaldo Lima Filho, a ser submetido à Comissão de Reforma Agrária na próxima segunda-feira.

Com essa proposta, o relator pretende acabar com os atrasos na desapropriação e distribuição de terras até agora efetuadas. Segundo as estatísticas, foram desapropriados no Brasil cerca de 1,7 milhão de hectares de terras, mas na prática só foram distribuídas 700 mil hectares porque os proprietários entram na justiça contestando as medidas do governo. Através dessas manobras, conforme afirmou o deputado Oswaldo Lima, os donos de terras vêm atrasando a reforma agrária no país.

Outra medida que vem sendo considerada das mais polêmicas, e que deverá constar das propostas do relatório, é o estabelecimento de um limite máximo de 100 módulos para as propriedades rurais, podendo o que ex-



Lima Filho submeterá documento ceder a isto ser expropriado. Esses 100 módulos equivalem a 2 mil hectares de áreas irrigadas do sul e a 10 mil hectares em outras regiões do país.

O documento ainda será discutido amplamente na próxima semana, podendo receber modificações.

## Comissão rejeita sugestão que defende pena de morte

A proposta de adoção da pena de morte na nova Constituição, apresentada na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais pelo deputado Amaral Netto (PDS-RJ), recebeu parecer contrário do relator Darcy Pozza (PDS-RS), que apoiou a proposta, em sentido contrário da bancada do PDS do Rio Grande do Sul.

O relator, em reunião realizada ontem, fez ampla exposição sobre a pena de morte no mundo, para concluir que ela reduz a criminalidade, que, segundo ele, é o que importa combater. Além disso, abre caminho para erros irreparáveis. Por isso mesmo, ela só poderia ser aplicada por um tribunal infalível, disse, evocando justificativa

do pensador católico, já falecido, Alceu de Amoroso Lima.

Antes de se adotar a pena de morte no Brasil, acrescentou, devemos tentar combater as causas da criminalidade, jamais tentar examinar o criminoso, esquecendo a criminalidade. Ao rechaçar a tentativa de institucionalização da pena de morte no país, Darcy Pozza disse que sua posição corresponde ao pensamento da maioria dos membros da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais e da própria Assembleia Nacional Constituinte, contrário à pena de morte no Brasil.

Pozza quer que a nova constituição não adote a pena de morte nem mesmo em caso de guerra, substituindo-a pela de pena prisão perpétua.

## Presença do negro entre minorias causa polêmica

"Numa sociedade onde a população negra, que é maioria, é tratada e até duvida numa comissão de minorias, nós temos é que repensar as sociedades e até a nós mesmos". A declaração é do presidente da subcomissão das Populações Indígenas, negros, deficientes físicos e minorias, deputado Ivo Lech (PMDB-RS). Afirmou o deputado gaúcho que, ao final das audiências públicas, ficou a certeza de que os grupos ouvidos, as minorias, mostraram que não estão precisando de tutela, mas que precisam ser aceitos como cidadãos.

### Audiências

Ivo Lech disse que a Subcomissão fez um acerto de condução das au-

diências que foi bastante feliz. Sem a preocupação de ouvir autoridades governamentais, preferiu que as posições ali colocadas fossem dos membros da sociedade civil. Ouviram negros, índios, deficientes visuais, auditivos, físicos, hansenianos, homossexuais; foi até a Papuda (núcleo penitenciário de Brasília, fazer uma audiência com presos, viajou a uma aldeia indígena para ver de perto a situação do índio brasileiro. Em todas as audiências, quem falava eram os convidados. Muitas vezes os constituintes limitaram-se a fazer pequenas intervenções, para que a sociedade tivesse mais tempo para se expressar.